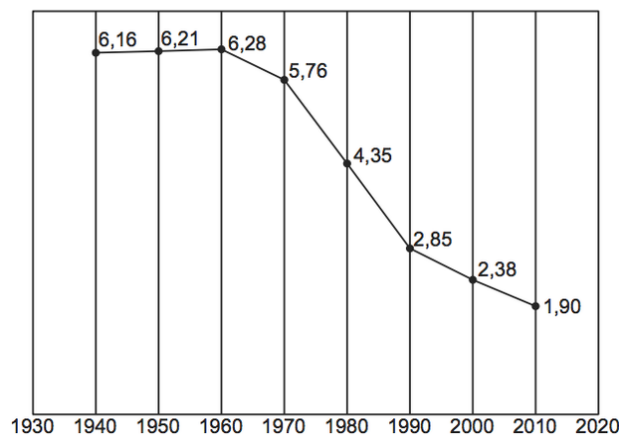


Tema: A família encolheu: causas e consequências da redução da taxa de fecundidade

Orientação: Escrever redação do tipo dissertação-argumentativa. Texto entre 15 e 35 linhas.

Texto 1

Taxa de fecundidade total – Brasil – 1940-2010



Texto 2

UNFPA aponta maior queda de fecundidade no Brasil entre mulheres mais vulneráveis

O Brasil passou por uma acelerada queda de fecundidade nas últimas décadas, chegando a uma média atual de 1,7 filho por mulher, mas a taxa declinou de forma considerável entre as mais vulneráveis, grupo que compreende as mulheres mais pobres e negras.

É o que demonstra um levantamento apresentado nesta quinta-feira (11), por ocasião do Dia Mundial de População. Com o título “Fecundidade e Dinâmica da População Brasileira”, a publicação foi elaborada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e busca traçar um retrato populacional e de desenvolvimento do país.

Os dados demonstram que um maior acesso a serviços e informações sobre métodos contraceptivos, em larga escala, foi fundamental para que todas as mulheres, inclusive negras e pobres, conseguissem planejar melhor suas famílias, fator importante no empoderamento e engajamento delas mulheres na vida produtiva.

O Brasil passou por uma acelerada queda de fecundidade nas últimas décadas, chegando a uma média atual de 1,7 filho por mulher, mas a taxa declinou de forma considerável entre as mais vulneráveis, grupo que compreende as mulheres mais pobres e negras.

É o que demonstra um levantamento apresentado nesta quinta-feira (11), por ocasião do Dia Mundial de População. Com o título “Fecundidade e Dinâmica da População Brasileira”, a publicação foi elaborada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e busca traçar um retrato populacional e de desenvolvimento do país.

Conforme mostra o documento, entre as mulheres que integram os 20% mais pobres da população, a taxa de fecundidade caiu de 3,92 por mulher, em 2001, para 2,90 em 2015, o que corresponde a quase um filho a menos.

Em comparação, entre as 20% mais ricas, a queda foi de 1,41 para 0,77. O cenário é parecido quando levada em consideração a raça/cor: entre as mulheres pretas, a taxa de fecundidade caiu de 2,75 (2001) para 1,88 (2015). As mulheres pardas, que em 2001 tinham em média 2,65 filhos, apresentaram média de 1,96 em 2015. No mesmo período analisado, a mulher branca, que tinha 2,10 filhos, em média, passou a ter 1,69.

Os dados demonstram que um maior acesso a serviços e informações sobre métodos contraceptivos, em larga escala, foi fundamental para que todas as mulheres, inclusive negras e pobres, conseguissem planejar melhor suas famílias, fator importante no empoderamento e engajamento na vida produtiva.

O representante do UNFPA no Brasil, Jaime Nadal, explica que tudo isso reflete as mudanças socioeconômicas que o país atravessou, além de importantes avanços na garantia do acesso à saúde sexual, reprodutiva e direitos.

“Alguns dos fatores responsáveis por isso são a melhoria no acesso a serviços em saúde sexual e reprodutiva, além do acesso à informação e ao sistema de saúde de uma maneira geral. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é

um grande responsável pela melhoria no acesso a contraceptivos e a informações. Além disso, é importante destacar que a melhoria nos índices socioeconômicos também vem resultando em melhoria para esses indicadores”, afirma. O Brasil tem, hoje, uma taxa de prevalência de uso de contraceptivos equivalente a 77%. Há 25 anos, em 1969, apenas 35% das mulheres casadas ou em algum tipo de união utilizavam algum método para postergar ou evitar a gravidez, o que comprova, na prática, as mudanças vistas nas configurações familiares de todo o país.

O representante do UNFPA ressalta ser necessário continuar investindo em serviços de qualidade e informação para que mais mulheres possam ter exatamente o número de filhos que desejam e para que não haja demandas não satisfeitas em contracepção, nem desigualdades associadas às taxas de fecundidade.

A publicação foi feita com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e o Censo Demográfico de 2010.

<https://nacoesunidas.org/unfpa-aponta-maior-queda-de-fecundidade-no-brasil-entre-mulheres-mais-vulneraveis/>

Texto 3

Mulheres trabalham 7,5 horas a mais que homens devido à dupla jornada

As mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana devido à dupla jornada, que inclui tarefas domésticas e trabalho remunerado. Apesar da taxa de escolaridade das mulheres ser mais alta, a jornada também é.

Os dados estão destacados no estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, divulgado hoje (6) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo é feito com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas e a dos homens, de 46,1 horas. Em relação às atividades não remuneradas, a proporção se manteve quase inalterada ao longo de 20 anos: mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas; os homens, em torno de 50%.

“A responsabilidade feminina pelo trabalho de cuidado ainda continua impedindo que muitas mulheres entrem no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, aquelas que entram no mercado continuam respondendo pelas tarefas de cuidado, tarefas domésticas. Isso faz com que tenhamos dupla jornada e sobrecarga de trabalho”, afirmou a especialista em políticas públicas e gestão governamental e uma das autoras do trabalho, Natália Fontoura.

Segundo Natália, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou muito entre as décadas de 1960 e 1980, mas, nos últimos 20 anos, houve uma estabilização. “Parece que as mulheres alcançaram o teto de entrada no mercado de trabalho. Elas não conseguiram superar os 60%, que consideramos um patamar baixo em comparação a muitos países.”

Chefes de família e mulheres negras

O estudo observou ainda que aumentou o número de mulheres chefiando famílias. Em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência. Vinte anos depois, esse número chegou a 40%.

As famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina: em 34% delas havia a presença de um cônjuge. “Muitas vezes, tais famílias se encontram em maior risco de vulnerabilidade social, já que a renda média das mulheres, especialmente a das mulheres negras, continua bastante inferior não só à dos homens, como também à das mulheres brancas”, diz o estudo.

O Ipea verificou a sobreposição de desigualdades com a desvantagem das mulheres negras no mercado de trabalho. Segundo Natália, apesar de mudanças importantes, como o aumento geral da renda da população ocupada, a hierarquia salarial – homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras – se mantém.

“A desvantagem das mulheres negras é muito pior em muitos indicadores, no mercado de trabalho em especial, mas também na chefia de família e na pobreza. Então, é quando as desigualdades de gênero e raciais se sobrepõem no nosso país”, disse a especialista, destacando que a taxa de analfabetismo das mulheres negras é mais que o dobro das mulheres brancas. Entre os homens, a distância é semelhante.

O estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* está disponível no site do Ipea.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mulheres-trabalham-75-horas-mais-que-homens-devido-dupla-jornada>